



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Um delegado na causa animal

O governador Ibaneis Rocha (MDB) criou a Secretaria Extraordinária de Proteção Animal voltada a políticas públicas que atendam aos direitos e ao bem-estar dos animais, com foco principalmente em cães e gatos. Para a função, entra o delegado da Polícia Civil do DF Ricardo Mendes Villafane Gomes, que nos últimos meses exercia cargo na assessoria da vice-governadora Celina Leão (PP). Ele já esteve como diretor financeiro e comercial do Metrô-DF. Villafane é formado em direito pela UDF e pós-graduado em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Também tem pós-graduação em gestão em segurança pública pela UnB e direito notarial e registral pela Faculdade Damásio, de São Paulo. O delegado tem ainda o título de mestrado em direito, com foco em políticas públicas pelo Ceub. A nomeação é indicação do deputado distrital Daniel Donizet (PL), com a benção de Celina. "Este é um passo crucial para o DF, que se une a outras regiões do país que já reconhecem a importância dessa causa", destacou Donizet. Celina é a madrinha da indicação. O PP da vice-governadora coordena a área de meio ambiente. "A criação da Secretaria Extraordinária de Proteção Animal mostra a prioridade do governo nessa questão que tem conquistado cada vez mais o interesse e a preocupação das pessoas", afirma Celina.

Instagram



Dobradinha

A vice-governadora Celina Leão (PP) está viajando na região Norte com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, participando de campanhas municipais. Ontem, as duas estavam em Belém (PA).

Reprodução/Instagram



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Emenda pior que o soneto

O ex-governador Agnelo Queiroz (PT) criticou a postura do atual governo em relação ao Eixão do Lazer. "Depois da repressão desastrosa e ilegal no Eixão do Lazer, o governador regulamentou o que não pode regulamentar: uso do Eixão do Lazer funciona como uma praça, de livre uso público pela população. Não cabe esse plano de uso e ocupação, nem cabe ao governo dizer como a população vai usar esse espaço. A emenda saiu pior que o soneto", disse o petista à coluna. Agnelo sancionou em 2012 o projeto de lei que autorizou a criação do espaço de lazer aos domingos e feriados no Eixão.

Divulgação/TJDFT



Prédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em 1959

TJDFT celebra 64 anos de instalação no Planalto Central

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) nasceu junto com Brasília, em 21 de abril de 1960. Mas até 5 de setembro, o Judiciário da nova capital funcionava apenas na primeira instância. Neste dia, há 64 anos, a Corte passou a existir em segundo grau, quando foi possível preencher o quórum mínimo de quatro desembargadores, previsto na Lei 3.754/1960, a primeira Lei de Organização Judiciária do DF. Segundo a norma, os cargos seriam inicialmente preenchidos por magistrados do antigo Tribunal de Justiça do DF que solicitassem transferência para Brasília. Dois magistrados requisitaram a mudança do Rio de Janeiro para cá: Hugo Auler, que foi eleito o primeiro presidente da Justiça do DF, e João Henrique Braune.

Divulgação/TJDFT



Construção do prédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em 1959

Divulgação/TJDFT



Juiz Leal Fagundes planta uma árvore em frente ao prédio do TJDFT

Primeira composição completa

Brasília já estava inaugurada, mas ainda faltavam dois membros para que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) pudesse funcionar. O impasse foi resolvido pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek, que nomeou os dois desembargadores necessários à instalação do TJDFT. Cândido Colombo Cerqueira, da Tribunal de Justiça da Bahia, e Márcio Ribeiro, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assumiram os dois assentos. Com o alcance do quórum mínimo, em 5 de setembro de 1960, foi realizada a cerimônia de instalação do Tribunal, no salão nobre do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Esplanada dos Ministérios.

Promoção e quinto constitucional

Para completar a composição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em 27 de setembro de 1960, foram empossados os juizes Joaquim de Sousa Neto, promovido por antiguidade, e Raimundo Ferreira de Macedo, por merecimento. Por fim, em 21 de novembro de 1960, o advogado José Colombo de Souza tomou posse na vaga do quinto constitucional como sétimo desembargador do TJDFT.

Divulgação/TJDFT



Independência

Para o presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leônico Junior, "a história do Tribunal se confunde com a história de Brasília". O magistrado sustenta que a manutenção da Corte pela União garante o afastamento de eventuais influências externas e assegura a independência de magistrados, magistradas, servidores e servidoras nos julgamentos. "O TJDFT é uma instituição de Estado responsável por garantir aos cidadãos o respeito a seus direitos e de exigir o cumprimento da lei. Ademais, é uma instituição composta por pessoas qualificadas e aptas para as suas funções. Tudo isso em um ambiente organizado, com excelente governança, bem aparelhado e que cumpre fielmente a sua missão", ressalta Waldir Leônico

Segurança jurídica

Para o 1º vice-presidente do Judiciário local, Roberval Belinati, o TJDFT é fundamental para a história de Brasília, pois representa a consolidação da Justiça na nova capital do Brasil. O magistrado destaca que, na época de sua criação, a Corte simbolizou para o povo a segurança jurídica no coração do país. "A Justiça do Distrito Federal representa a continuidade da proteção dos direitos, a resolução de conflitos e a manutenção da ordem social em uma cidade que se tornou um importante centro político e administrativo do Brasil", afirma Belinati.

Kayo Magalhaes/CB/D.A Press



Salão de Chá

Para celebrar a data, o presidente do TJDFT, Waldir Leônico Júnior, vai inaugurar hoje o Salão de Chá dos desembargadores. Será um espaço para que os magistrados possam se encontrar e confraternizar nos intervalos das sessões.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FISCALIZAÇÃO / Ao **Correio**, presidente do DER informou que, com autorização em mão, os coletivos musicais poderão se apresentar neste fim de semana. Proibição de bebidas alcoólicas, porém, mantém o debate e as manifestações populares

A cultura de volta ao Eixo

» LETÍCIA GUEDES
» PABLO GIOVANNI

Ambulantes, produtores culturais e músicos que estiverem com suas devidas autorizações poderão retornar ao Eixão do Lazer neste fim de semana. Ao **Correio**, o presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF), Fauzi Necfur, informou que o órgão trabalha para que todas as licenças solicitadas pelo site sejam emitidas até amanhã. A Secretaria DF Legal seguirá fiscalizando e apreenderá mercadorias de ambulantes sem autorização.

Após a publicação do novo decreto, que concedeu permissão ao DER-DF para autorizar, de forma temporária, o comércio ambulante na região, houve dúvidas acerca do cenário cultural. O presidente do órgão esclareceu, no entanto, que a licença abrange, sim, atividades culturais. "Os eventos culturais nunca foram suspensos, a não ser os não autorizados, o que a gente zela é pela organização. Os que estiverem devidamente autorizados e previstos para este fim de semana poderão ocorrer normalmente", esclareceu. Necfur apontou que, dentro de 30 dias, o Plano de Uso e Ocupação definirá as diretrizes para que os

grupos musicais atuem e apontará as áreas que serão passíveis de liberação para eventos com som.

Presenças garantidas

Representantes de grupos musicais tradicionais, como Choro no Eixo, Rock no Eixão e Eixão do Jazz deram entrada nos trâmites para conseguir autorização e estarão presentes no espaço neste fim de semana. Dudão Melo, do Eixão do Jazz, declarou que é essencial que a classe artística marque presença e adiantou que o grupo está buscando a autorização para que possam se apresentar. "Nós estaremos lá discotecando, com microfone aberto e também aberto aos outros músicos que quiserem fazer parcerias com o Coletivo Superjazz", avisou.

Márcio Marinho, idealizador do projeto Choro no Eixo, informou que o grupo está com a documentação necessária e estará no local para, também, comandar a trilha sonora no local. Ele disse, porém, que os produtores e comerciantes ainda não estão satisfeitos com as regras estabelecidas pelo novo decreto, uma vez que a venda de álcool está proibida. "A gente quer dialogar com o governo e, por isso, haverá, neste domingo, o Ocupa Eixão, movimento por um Eixão do Lazer vivo", garantiu.

Pedro Ibarra/CB/D.A Press



Grupos como Choro no Eixo, Rock no Eixão e Eixão do Jazz garantem que vão ao local neste domingo

O Rock no Eixão também não ficará de fora. A integrante do coletivo Hosana Coelho informou que haverá, no domingo, na altura da 107 Norte, uma apresentação de rock com a Banda Andanza. "Nós fizemos o pré-cadastramento e estamos aguardando as respostas. Queremos voltar para o local onde atuávamos originalmente, na altura da 112", expôs.

Os representantes dos coletivos reclamaram, em comum, que a vedação das bebidas alcoólicas

atinge diretamente os produtores culturais, uma vez que os grupos integram-se e fomentam um ao outro. Ao **Correio**, Fauzi Necfur enfatizou que o artigo não será revogado. "Não vai ser autorizado porque é contrário a tudo que pregamos em relação à segurança viária, prevenção de acidentes e sobre não beber ao dirigir. Autorizando o comércio de bebidas, estaríamos trilhando uma reta totalmente contrária ao que o órgão prega", declarou.

Cadastro

Até o início da tarde de ontem, cerca de 450 pessoas haviam solicitado o pré-cadastramento, desde que o sistema foi liberado no site do DER. Dessas, 205 haviam sido contempladas com a autorização, segundo a pasta. "Nem todos que solicitarem serão atendidos, porque existem regras e limites. Pode ocorrer a negativa por uma série de motivos, como o interesse

» Audiência pública

Uma audiência pública realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ontem à noite, por iniciativa do deputado Fábio Felix (Psol), discutiu a ocupação cultural do Eixão. Além de parlamentares e representantes do setor cultural, a reunião contou com a participação de ambulantes, trabalhadores, o secretário-executivo da Secretaria de Segurança Pública do DF, Alexandre Patury, e o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass.

em vender bebida alcoólica, que está expressamente proibido", sinalizou Necfur.

O **Correio** recebeu relatos de pessoas que tentaram realizar o pré-cadastramento e depa-ram-se com a necessidade do pagamento de uma taxa. O presidente do DER-DF informou que os ambulantes podem ficar tranquilos, pois as taxas estão sendo estudadas e serão revisadas para que o valor seja diminuído.